



1

**ATA 255**

2 Aos quatro dias do mês de novembro de dois mil e quatorze, às nove horas e trinta  
3 minutos, realizou-se reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de  
4 Ponta Grossa, em sua sede no Centro de Ação Social, sob a convocação de sua  
5 Presidente, Beatriz de Souza. Fizeram-se presentes os seguintes **conselheiros**  
6 **titulares governamentais:** Tierri Rafael Ribeiro Angeluci, Beatriz de Souza e Josemar  
7 Severino (Secretaria Municipal de Assistência Social); Rosemary Rodrigues da Silva  
8 Campanholi (Fundação Municipal PROAMOR); Daniele de Antoni Calixto Strack  
9 (Secretaria Municipal de Saúde); Cláudia Daniela Coneglian (Secretaria Municipal de  
10 Educação); Antonio Ademir Rosa (Secretaria Municipal de Gestão Financeira); Patrícia  
11 Ecave (Secretaria Municipal de Indústria, Comercio, e Qualificação Profissional). **Os**  
12 **conselheiros titulares não governamentais:** José Geraldo Berger (Entidades de  
13 Proteção Social Especial de Alta Complexidade); Adrianis Galdino da Silva Junior e  
14 Lúcia Pereira Wolf (Profissionais da Área de Assistência Social); Cléber Paula Santos  
15 (Entidades de Proteção Social Básica); Patrick Fernando Osga, Mauro César Shardt  
16 Dancosky e Mercedes Etelvina Pinto Ribeiro (Usuários da Assistência Social). **Os**  
17 **Conselheiros não governamentais suplentes:** Ana Carolina da Silva Reis e Lorene  
18 Camargo (Profissionais da Área de Assistência Social); Gilberto Ferreira (Entidades de  
19 Proteção Social Básica); **Os Conselheiros não governamentais suplentes no**  
20 **exercício da titularidade:** Lilian Klimiont (Entidades de Proteção Social Básica).  
21 **Justificativa de ausência:** conselheiro Marcelo Safraid (licença paternidade).  
22 Registramos a presença de várias entidades socioassistenciais. A reunião teve a  
23 **seguinte pauta:** 1- Apreciação e Aprovação da Pauta; 2- Aprovação das Atas 253 e  
24 254; 3- Informes Gerais; 4- Apreciação do parecer da Comissão de Monitoramento e  
25 Avaliação de Projetos sobre o seguinte assunto: 4.1- Avaliação dos Projetos de  
26 cofinanciamento das Entidades de Assistência Social através da Fundação Proamor de  
27 Assistência Social para o exercício de 2015. Presidente Beatriz colocou a pauta em  
28 apreciação e votação. **APROVADO.** 2- Aprovação das Atas 253 e 254. **APROVADO.** 3-  
29 Informes Gerais: Conselheiro Tierri comunicou que a secretária executiva Carla está em  
30 férias, então seguem os informes gerais: recebido ofício circular nº003/CEAS/PR  
31 referente às Conferências de Assistência Social do ano de 2015, conselheiro Tierri fez a  
32 leitura do ofício; recebimento do parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança  
33 e do Adolescente sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos das  
34 seguintes entidades: SOS, Transformando Gerações e Nova História, conselheiro Tierri  
35 fez a leitura dos pareceres; substituição das conselheiras Ana Cristina Duda e Isabela  
36 Nadal com representação no Comitê Municipal do Programa Família Paranaense, na  
37 última reunião deste Comitê o CMAS foi representado pelo conselheiro Tierri, nesta



38 reunião foram discutidas questões referentes ao funcionamento do Comitê, o qual é  
39 intersetorial com âmbito dentro da prefeitura, assim estas duas vagas deverão ser  
40 preenchidas; protocolo expedido pelo CMAS direcionado ao Senhor Kapfenberger,  
41 Presidente do CMDCA, encaminhando o Plano de Acolhimento, discutido no CMAS,  
42 encaminhado ao CMDCA para parecer, foram obtidas informações que haveriam  
43 alterações propostas pelo CMDCA e recebido e-mail do Escritório Regional solicitando  
44 algumas alterações no Plano, proposto o aguardo do retorno, conselheiro Tierri fez a  
45 leitura do e-mail recebido. Conselheiro Adrianis colocou que não estava presente na  
46 reunião na qual foi votado o reordenamento, colocou que encaminhou um voto que não  
47 teve validade porque não estava presente, mas foi levado em consideração a sugestão,  
48 o conselheiro reiterou que o CMAS deveria reconsiderar a questão da alimentação  
49 desses abrigos, colocou que sabe que houve aceite deste conselho, na gestão anterior,  
50 para marmitta, mas foi para o CREAS POP e para os abrigos adultos e não para  
51 crianças, o conselheiro Adrianis falou que viu na ata a defesa do conselheiro Tierri  
52 quanto a questão, mas não estava questionando a embalagem, estava questionando a  
53 forma de servir a comida, o voto dele deixava claro isso, foi buscar na Lei Orgânica  
54 Nutricional no Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome, questionou se os  
55 conselheiros comeriam marmitex todos os dias em suas casas, uma criança que está  
56 em um abrigo que deve ser similar a sua casa questionou: “não deveria ter um lugar  
57 para se servir, não deveria ter um aparadouro com uma salada, carne, arroz e fazer  
58 uma livre escolha ao invés de lhe entregar uma marmitta, vi a Carla dizendo que não  
59 haveria racionamento de alimentação, nós vamos ter a oportunidade de rever isso,  
60 questiono se é pelo valor financeiro, porque as cozinheiras continuam lá, porque elas  
61 são parte da equipe básica, elas estão na equipe dos abrigos, se é pelo valor financeiro  
62 nós precisamos rever, mas apela para a questão daquilo que é central ao  
63 reordenamento, quem preparou o projeto leu na cartilha que é necessário deixar esse  
64 reordenamento muito mais próximo de uma casa, logo, todas as atividades devem estar  
65 voltadas para isso, dentre elas o comer, não é somente comer, é todo um projeto, é o  
66 usuário do serviço escolher, é ele se servir, nós devemos pensar nesta questão também  
67 afetivamente, os usuários vão enjoar desta comida e nós sabemos que haverá  
68 desperdício, a alimentação pode ser terceirizada, mas a marmitta em si acho que ela  
69 depõe contra o trabalho com criança e o adolescente, é um ponto que devemos levar  
70 em consideração nesse reordenamento que retornará do CMDCA para discutir  
71 novamente”. Conselheiro Tierri colocou que em relação ao item anterior, Comitê da  
72 Família Paranaense, o decreto de nomeação é composto pelas Secretarias de  
73 Abastecimento, Educação, Indústria e Pecuária, Secretaria de Assistência Social,  
74 Conselho de Assistência, Saúde, Meio Ambiente, Obras e Serviços Públicos, CMDCA,



75 Conselho Tutelar Leste/Oeste, Fundação Municipal de Cultura, Fundação de Esportes,  
76 Agência do Trabalhador e PROLAR, esse Comitê que faz parte do Programa Família  
77 Paranaense. Na continuidade dos informes, foi recebido ofício da Casa do Menor  
78 Irmãos Cavanis solicitando alteração no Plano de Aplicação do Convênio, solicitaram o  
79 valor de R\$ 8.400,00 para áudio e vídeo, porém a empresa que fará o vídeo doou o  
80 serviço e o cálculo para o valor de férias não acompanhou a projeção, devido as  
81 mudanças no quadro funcional, pede-se que o valor do áudio, vídeo e foto seja  
82 remanejado para férias, esta solicitação foi analisada na comissão e não é possível  
83 alterar o Plano de Aplicação, pois valores previstos para despesas com funcionários não  
84 podem ser utilizados para despesas de custeio, pois são dotações orçamentárias  
85 diferentes, só pode alterar dentro do custeio e dentro da questão salarial, de uma para a  
86 outra não é permitido, só de salário para salário e de manutenção para manutenção,  
87 então a solicitação foi indeferida; acusado o recebimento do Ofício N° 136 do Serviço  
88 de Obras Sociais, conselheiro Tierri fez a leitura do mesmo; recebido Ofício do  
89 Programa Transformando Gerações, conselheiro Tierri colocou que é um ofício um  
90 pouco extenso então fez um resumo: "na reunião do dia nove de setembro que o CMAS  
91 convocou a entidade para discussão sobre o número de metas, foi sugerida a redução  
92 do número de metas já para 2014 por conta de não estar conseguindo contemplar as  
93 120 metas conveniadas anteriormente, no ofício a entidade, a partir de toda uma  
94 fundamentação, diz que vai manter para esse ano as 120 metas, então, o CMAS fez  
95 uma recomendação e a entidade não aceitou e tem várias justificativas para colocar a  
96 manutenção desse número de metas". O conselheiro Tierri fez a leitura da conclusão  
97 trazida no ofício: "*Permaneceremos até o final da vigência do convênio referente ao ano*  
98 *de 2014 com o número de 120 metas. Utilizando a estrutura do Transformando*  
99 *Gerações e mais a estrutura cedida pela Igreja Ministério das Gerações conforme*  
100 *consta no projeto. Dispomo-nos a adequar para a próxima vigência, ano de 2015, o*  
101 *número entre 80 e 100 metas, a partir do término da ampliação da estrutura do PSTG.*  
102 *Embora a decisão tomada possa implicar em algum risco, concluímos que o bem estar*  
103 *dos usuários e a qualidade da prestação do serviço devem ser preservadas", esse é o*  
104 ofício do Programa Transformando Gerações. Recebido ofício do Instituto Educacional  
105 Duque de Caxias ratificando a comunicação prestada ao Conselho em reunião realizada  
106 em outubro de 2013 quando foi notificado que as atividades do Lar Odilon Mendes  
107 seriam mantidas até 31/12/2014, a entidade está para entregar o serviço e a comissão  
108 de cadastro já está articulando para encontrar uma nova entidade para assumir este  
109 serviço, provavelmente a ASSARTE assumirá, a entidade já apresentou o projeto e  
110 ontem o conselheiro Tierri esteve presente no Conselho Municipal de Saúde e a  
111 entidade estará, em 2015, recebendo um convênio da Secretaria de Saúde, o



112 conselheiro Tierri colocou que essa é uma boa noticia para a entidade e também já  
113 deixou claro na reunião com o Conselho de Saúde que haverão outras demandas para  
114 a Saúde, como as Residências Inclusivas e as ILPIS grau 3, para o próximo ano será  
115 trabalhado neste sentido, nada mais justo, porque são funcionários da saúde que o  
116 convênio de assistência não pode pagar, são os técnicos de enfermagem que são  
117 essenciais para estes serviços. Por fim, foi apresentado a solicitação da APADEVI para  
118 alteração do Plano de Aplicação do recurso do SUAS, o CMAS recebeu e vai  
119 providenciar a alteração e recebimento de ofício da Divisão de Monitoramento  
120 encaminhando o Relatório de Monitoramento de 2014, o relatório está a disposição para  
121 consulta, será apresentado pela assistente social responsável pelo monitoramento neste  
122 mês de novembro, finalizado os informes gerais. Conselheira Lucia indagou se o  
123 monitoramento está postado em algum lugar para consulta. Conselheiro Tierri  
124 respondeu que não, será enviado por e-mail para as entidades e poderá ser enviado  
125 para os conselheiros, quem tiver interesse o CMAS poderá encaminhar. Item 4-  
126 Apreciação do parecer da Comissão de Monitoramento e Avaliação de Projetos sobre o  
127 seguinte assunto: 4.1- Avaliação dos Projetos de cofinanciamento das Entidades de  
128 Assistência Social através da Fundação Proamor de Assistência Social para o exercício  
129 de 2015. Presidente Beatriz colocou que a Comissão de Monitoramento e Avaliação de  
130 Projetos se reuniu inúmeras vezes, avaliou criteriosamente cada entidade, cada projeto,  
131 claro que em algumas vai gerar dúvidas, então, qualquer dúvida das entidades  
132 estaremos à disposição. Conselheiro Adrianis colocou: "como a Presidente Beatriz  
133 disse, foi um trabalho árduo, foram doze reuniões, quatro oitivas, a quinta oitiva foi hoje  
134 de manhã, quatro visitas, atendimentos individuais, nenhuma entidade que nos procurou  
135 saiu sem uma orientação, quatro visitas em um dia, fora as outras, tentamos por  
136 telefone, a Beatriz, eu, o Tierri, a Carla e a Comissão, tentamos de todas as maneiras  
137 orientar e conduzir esses processos para que, de fato, ele fosse propício, quero lembrar  
138 a todas as entidades que estão aqui que esse deveria ser sempre o papel do Conselho  
139 de Assistência, essa sala deveria estar sempre assim, nós somos as forças vivas da  
140 assistência social neste município e se nós descobrirmos isso nós vamos muito além  
141 dos trabalhos que nós executamos e daqueles que vão ser aprovados hoje para o co-  
142 financiamento de 2015, foi um trabalho árduo mas muito bom, nós pudemos conhecer a  
143 fundo algumas entidades, a assistência social trabalha com uma coisa chamada  
144 'equidade' cujo significado não é dar o que a pessoa quer é dar aquilo que ela precisa,  
145 então depois de um trabalho longo e de muitas conversas chegamos ao formato da  
146 Resolução/CMAS/Nº29/2014. Parecer da Comissão de Monitoramento e Avaliação de  
147 Projetos: após análise dos projetos enviados pelas entidades socioassistenciais que  
148 compõe a rede de serviço nos três níveis de complexidade segundo a NOB SUAS e a



149 PNAS em consonância com a Resolução Nº 111 de 11 de novembro de 2009 que  
150 tipifica os serviços socioassistenciais e estabelece parâmetros para análise e para  
151 avaliação de programas, serviços e projetos a serem desenvolvidos dentro da rede de  
152 serviço socioassistencial do município de Ponta Grossa com co-financiamento público  
153 ou segundo a nova Lei do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil e em  
154 conformidade com a Resolução/CMAS/Nº 29/2014 e do Regimento Interno deste  
155 mesmo conselho que atribui as competências dessa comissão damos parecer favorável  
156 ao co-financiamento para o exercício de 2015 para os seguintes serviços: **Proteção**  
157 **Social Básica: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos:** Associação  
158 Beneficente Lua Nova: 80 metas, valor anual R\$ 144.000,00. Associação Nova História:  
159 100 metas, valor anual R\$ 180.000,00. Associação Reviver: 150 metas, valor anual R\$  
160 270.000,00. JOCUM: 200 metas, valor anual R\$ 360.000,00. Projeto Transformando  
161 Gerações: 60 metas, valor anual 108.000,00; não foi obtida do Projeto Transformando  
162 Gerações uma resposta, por isso foi fixada essa meta, sendo a única meta que o  
163 conselho fixou porque não houve resposta. Instituto Educacional Duque de Caxias: 800  
164 metas, valor anual R\$ 1.444.000,00. Conselheiro Tierri colocou que no ano passado o  
165 Instituto Educacional Duque de Caxias - IEDC foi conveniado com os quatro  
166 departamentos, eram 920 metas somando todos os departamentos, para este ano, a  
167 pedido da entidade e também considerando a viabilidade jurídica e técnica será  
168 aprovado apenas um convênio de 800 metas, a entidade está declinando de 120 metas,  
169 a UGT deu parecer favorável para um só convênio, o que torna mais fácil o trabalho  
170 com relação a fiscalização e questões burocráticas e também será possível a  
171 contratação de funcionários que possam atuar nos quatro departamentos. ABASE/Casa  
172 do Piá: 160 metas, valor anual R\$ 288.000,00. Associação Irmãos Cavanis: 300 metas,  
173 valor anual R\$ 540.000,00. Associação de Promoção a Menina/APAM: 190 metas, valor  
174 anual R\$ 342.000,00. **Serviço de Proteção Social Básica em domicílio para pessoas**  
175 **deficientes e idosas**, valor de per capita R\$ 85,00. Associação de Amigos da Pessoa  
176 Idosa 107 metas, valor anual R\$ 109.140,00. **Proteção Social Especial de Média**  
177 **Complexidade – Serviço de Proteção Social para Pessoas com Deficiência, Idosos**  
178 **e suas Famílias**, valor de duas per capita, por uma questão que algumas entidades  
179 como APACD e APROAUT trabalham com múltiplas deficiências, considerando este  
180 fato foi fixado o per capita de R\$ 250,00, as demais entidades trabalham com uma  
181 deficiência única, per capita de R\$ 182,00. ASSARTE: 130 metas, valor anual R\$  
182 283.920,00. CEPRAF Geny Ribas: 60 metas, valor anual R\$ 131.040,00. Associação de  
183 Pais e Amigos do Deficiente Visual - APADEVI: 191 metas, valor anual R\$ 417.144,00.  
184 Associação de Pais e Amigos do Excepcional – APAE: 150 metas, valor anual R\$  
185 327.600,00. APROAUT: 70 metas, valor anual R\$ 210.000,00, esta entidade não tem



186 como elevar mais o número de metas, esse foi um dos critérios também para avaliação.  
187 Associação dos Deficientes Físicos de Ponta Grossa - ADFPG: 180 metas, valor anual  
188 R\$ 393.120,00. Associação Pontagrossense de Assistência a Criança – APACD: 100  
189 metas, valor anual R\$ 300.000,00. **Serviço especializado em abordagem social**, valor  
190 per capita de R\$ 75,00. Associação Ministério Melhor Viver: 200 metas, valor anual R\$  
191 180.000,00. **Serviço de Acolhimento Institucional modalidade criança, adolescente**  
192 **deficiente**. Conselheiro Adrianis falou que aqui temos uma novidade: a comissão de  
193 monitoramento e projetos, a presidência e a vice-presidência se reuniram com a Juíza  
194 da Infância Dra. Noeli e dentro de uma proposta de reordenamento do serviço foi  
195 fixado novos números de vagas para o serviço de abrigamento. Conselheiro Tierr  
196 explicou que o Escritório Regional já havia solicitado essa adequação no número de  
197 metas, foi colocado para 2017, o CMAS percebeu que o número de acolhidos nas  
198 entidades estava diminuindo cada vez mais, no cenário passado o número de metas  
199 conveniadas era muito grande, foi percebido, até por conta da frequência que as  
200 entidades estão preenchendo, um número muito baixo de acolhimento, assim, foi  
201 decidido reduzir esse número de metas porque é um serviço que tende a ser extinto,  
202 com todos os avanços sociais, com o investimento que o município através do conselho  
203 fez, os contratuados, a questão do bolsa família consolidado já a vários anos, foi  
204 percebido que o número de acolhimentos tem reduzido, por isso a decisão de reduzir o  
205 número de metas dos acolhimentos, para que fique de acordo com a realidade, sempre  
206 tentando resguardar as entidades. Presidente Beatriz falou que está havendo um  
207 investimento muito maior no contraturno social. Na continuidade: Associação de  
208 \promoção a Menina – APAM: 15 metas, valor anual R\$ 204.000,00. Não haverá per  
209 capita para esse serviço, é um cofinanciamento direto porque o número de metas foi  
210 diminuído, foi realizado um acordo de valores para manutenção da equipe básica e dos  
211 serviços. Instituto João XXIII: 25 metas. Comunidade Terapêutica Melhor Viver: 6  
212 metas, valor anual R\$ 72.000,00. Núcleo Promocional Pequeno Anjo: 30 metas, valor  
213 anual R\$ 480.000,00. Francisclara: 5 metas, valor anual R\$ 174.000,00, Vila Vicentina/  
214 Casa Santa Luiza de Marillac: 5 metas, valor anual R\$ 174.000,00. **Serviço de**  
215 **Acolhimento Institucional modalidade longa permanência para idosos/ ILPI.**  
216 Colocado que no ano passado a per capita das ILPIS foi de R\$ 800,00 e o Conselho do  
217 Idoso junto com as ILPIS fizeram uma proposta para o CMAS por níveis de  
218 complexidade, como prevê a Resolução da ANVISA 283, nível 1, 2 e 3, hoje são 170  
219 pessoas abrigadas, mas há um alto índice de nível três, que compromete demais, como  
220 todos sabem dificuldade orçamentária do município, entramos em acordo geral em  
221 conjunto com o Conselho do Idoso e o per capita passou de R\$ 800,00 para R\$  
222 1.000,00. Asilo São Vicente de Paulo: 70 metas, valor anual R\$ 840.000,00. Conselheiro



223 Tierri colocou que o Asilo é a única entidade, entre as conveniadas que atendem metas  
224 acima do número conveniado. Conselheiro Patrick questionou sobre a Comunidade  
225 Terapêutica Melhor Viver pois são seis metas conveniadas e está sendo atendidas  
226 doze metas. Conselheiro Tierri respondeu que no projeto não foi solicitado doze metas e  
227 na visita realizada na entidade foi constatado cinco meninos na casa, exatamente de  
228 acordo com o convênio, em contato com a assistente social Silvana foi questionado o  
229 aumento para oito, a assistente social Silvana disse que esse aumento era para  
230 contratar um educador social para ficar no período da manhã com os adolescentes ou a  
231 tarde, a comissão interpretou que não seria necessário essa contratação porque esses  
232 meninos devem estar inseridos no contraturno social dentro da rede, então não será  
233 necessário contratar um educar exclusivo para atender cinco meninos, assim, foi  
234 aumentado apenas uma meta, considerando a capacidade da casa para atender esses  
235 cinco meninos. Conselheira Ana colocou que essa é a Casa Lar. Conselheiro Adrianis  
236 colocou que será dado um prazo para recursos, todas as entidades terão tempo hábil  
237 para recurso. Na continuidade: Colmeia Espírita Cristã Abegail: 30 metas, valor anual  
238 R\$ 360.000,00. Casa do Idoso Paulo de Tarso: 330 metas, valor anual R\$ 360.000,00.  
239 Lar das Vovozinhas: 40 metas, valor anual R\$ 480.000,00, perfazendo um total de 170  
240 metas para os abrigamentos em ILPI. **Serviço de Acolhimento Institucional**  
241 **modalidade abrigo institucional para pessoas e famílias em situação de rua**, valor  
242 per capita de R\$ 800,00. Associação Ministério Melhor Viver: 38 metas, valor anual R\$  
243 364.800,00. Vila Vicentina/Casa da Acolhida: 50 metas, valor anual R\$ 390.000,00.  
244 Conselheiro Tierri falou que a Casa de Passagem o valor per capita é de R\$ 650,00.  
245 **Serviço de Acolhimento Institucional na modalidade República**, valor per capita R\$  
246 500,00. Associação Ministério Melhor Viver: 10 metas, valor anual R\$ 60.000,00.  
247 **Acolhimento Institucional para jovens e adultos com deficiência**, valor per capita  
248 R\$ 1.500,00, neste serviço estão as residências chamadas “residências inclusivas”.  
249 Associação de Atendimento para Portadoras de Necessidades Especiais Nossa  
250 Senhora de Lourdes: 10 metas, valor anual R\$ 180.000,00. Associação Pontagrossense  
251 de Emancipação para Deficientes Físicos: 10 metas, valor anual R\$ 180.000,00.  
252 Associação Artesanal do Excepcional de Ponta Grossa/ ASSARTE, foi comentado que  
253 esta entidade não é considerada como residência inclusiva porque a casa vai comportar  
254 20 internos e receberá R\$ 360.000,00 e absorverá a demanda do Lar Odilon Mendes.  
255 Conselheiro Tierri colocou que o valor do recurso federal de R\$ 10.000,00 para  
256 residência inclusiva, o município recebeu a primeira parcela, foi conversado com a  
257 Associação de Atendimento para Portadoras de Necessidades Especiais Nossa  
258 Senhora de Lourdes e com o presidente da APEDEF e foi decidido que o valor de R\$  
259 10.000,00 será dividido entre essas duas entidades, com o repasse de R\$ 5.000,00 para



260 cada, como exposto anteriormente, a Assarte não poderá, no momento, receber  
261 recursos federais porque estará comportando vinte metas e nos termos da residência  
262 inclusiva fala-se em no máximo dez vagas, dentro deste parâmetro a ASSARTE será  
263 considerada como uma unidade de acolhimento para pessoas com deficiência, somente  
264 uma questão de nomenclatura diferenciando essas entidades. Para o ano que vem  
265 discutiremos a questão das residências inclusivas e das ILPIS, grau três, para que  
266 também sejam conveniadas com a Secretaria de Saúde. Conselheiro Adrianis continuou  
267 colocando que os **Projetos Especiais** são aqueles projetos tipificados mas que estão  
268 em dois ou mais serviços, assim serão denominados de projetos especiais. Casa  
269 Transitória Fabiana de Jesus: 115 metas, valor anual R\$ 114.924,00. Instituto  
270 Educacional Duque de Caxias/Recanto Espírita Maria Dolores, é uma casa que tem  
271 cinco pessoas em situação de deficiência, é um projeto especial também, valor anual R\$  
272 100.800,00. Grupo Renascer de Apoio aos Homossexuais: não tem meta fechada, valor  
273 anual R\$ 127.054,00. Associação Reviver de Assistência ao Portador do Vírus HIV, foi o  
274 único projeto novo apresentado este ano e é pertinente as ações da entidade, a  
275 comissão avaliou e considerou 50 metas, valor anual de R\$ 90.000,00. Conselheiro  
276 Tierri colocou que tanto o projeto do Reviver quanto o projeto da Associação Ministério  
277 Melhor Viver entram na nova modalidade de convivência e fortalecimento de vínculos  
278 para adultos, é uma resolução nova do CNAS que determina esse serviço e com  
279 relação ao Renascer houve uma mudança, no ano passado eles se enquadravam como  
280 abordagem social e o Conselho sempre percebeu que não era este serviço, de fato, que  
281 a entidade estava oferecendo, foi orientada para que apresentasse projeto na área de  
282 defesa e garantia de direitos, não é uma modalidade tipificada, a entidade apresentou o  
283 projeto sem a questão das metas, mas voltada para essa vertente da assistência social.  
284 Conselheiro Adrianis continuou: Associação de Amigos da Pastoral da Criança,  
285 tipificada agora no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos e também na  
286 defesa de direitos, não tem metas fechadas porque é um trabalho muito abrangente,  
287 valor de R\$ 241.135,00 anual. Associação Ministério Melhor Viver: 40 metas, R\$  
288 56.640,00. Proteção Social Básica, total de R\$ 4.096.140,00 - Média Complexidade,  
289 total de R\$ 2.242.824,00 - Alta Complexidade, total de R\$ 4.918.800,00 - Projetos  
290 Especiais, total de R\$ 730.584,12 - somando um valor de R\$ 11.988.348,01 essa é a  
291 proposta de co-financiamento para os serviços de assistência para o ano de 2015.  
292 Senhora Vera do Reviver colocou que esses valores aprovados foram os mesmos do  
293 ano de 2014 sem uma perspectiva de aumento salarial. Conselheiro Antonio fez um  
294 questionamento sobre qual o índice utilizado para a definição dos valores. Conselheiro  
295 Adrianis colocou que a comissão se baseou nas per capita anteriores e no orçamento  
296 previsto. Conselheiro Tierri colocou que a Fundação Proamor, em anos anteriores,





297 repassou um aumento no valor final contemplando o aumento nos salários. Senhora  
298 Vera falou que normalmente era 10%. Conselheiro Tierri colocou que isso será feito no  
299 final, na Fundação Proamor era feito esse pequeno aumento, o qual segue para a  
300 Câmara para aprovação, o valor até poderia ser um pouco diferente do que foi aprovado  
301 aqui por conta desse aumento. Conselheiro Adrianis colocou que a comissão teve que  
302 trabalhar com algumas questões, foi um ano atípico, teve que abrigar nove pessoas em  
303 menos de trinta dias e criar uma estrutura para isso e fazer um aporte de R\$ 60.000,00,  
304 houve muitas questões nesse conselho este ano que foram difíceis de resolver porque  
305 passava pelo crivo do dinheiro; a JOCUM trabalhava com 180 metas e recebia 150, as  
306 per capita não são as melhores, concorda plenamente, não tenham dúvida disso, mas  
307 foi necessário pensar em todos e em cada um e o cuidado foi tentar colocar cada um  
308 dentro de uma situação, os abrigos infantis, as ILPIS que passam por um momento  
309 difícil para manter os seus serviços socioassistenciais, o aumento foi de R\$ 50,00 do  
310 valor fechado de R\$ 11.000.000,00 é o que temos. Conselheira Ana Carolina colocou  
311 que a Casa Lar é um processo de continuação da Comunidade Terapêutica, crianças e  
312 adolescentes que estão em recuperação de dependência química, não entraram com  
313 projeto de contraturno porque essas crianças já tiveram ruptura dos seus laços  
314 familiares, estavam na rua, passaram pelo processo de dependência e recuperação,  
315 ficaram o tempo necessário na Comunidade Terapêutica, então essa Casa Lar é para  
316 atender uma necessidade, muitas dessas crianças terminam o processo de recuperação  
317 de dependência e não podem voltar para casa porque muitas vezes as famílias não  
318 querem e como eles já sofreram várias vezes essa quebra de laços com a família, saem  
319 da rua, saem da Comunidade Terapêutica e vão de novo para o contraturno, escola  
320 normal, esse é o nosso cuidado, que eles saiam da Comunidade Terapêutica e tenham  
321 um processo gradual de reinserção na sociedade, eles podem ter uma recaída, com o  
322 tráfico de drogas ou com o uso, as vezes situações de abusos, então esse é o nosso  
323 cuidado, porque eles choram muito quando saem da Comunidade Terapêutica, os que  
324 ficam ali choram porque construíram um laço de família. Conselheiro José Geraldo  
325 perguntou se o orçamento de 2014 era de onze milhões e se para o ano que vem é o  
326 mesmo e caso aumente o orçamento como que fica. Presidente Beatriz respondeu:  
327 “eles podem estar revendo e claro que o nosso desejo era estar aumentando esse  
328 repasse, mas nós trabalhamos em cima de uma previsão no orçamento, se houver um  
329 aumento desse repasse é obvio que nós estaremos revendo esses valores e  
330 repassando às entidades.” Senhora Nair Serrato colocou que cabe a esse conselho  
331 definir da onde sairão os convênios para as instituições, serão de novo algumas pelo  
332 Fundo e outras pela Proamor? Conselheiro Tierri respondeu que este ano na definição  
333 do PPP para o ano que vem foi solicitado a retirada de todos os recursos do Fundo para



334 subvenção social e transferido para a Fundação Proamor, na tentativa de evitar os  
335 problemas que houveram no início deste ano com relação aos convênios, todos os  
336 convênios aqui aprovados serão através da Fundação Proamor não haverá convênio  
337 com o Fundo. Senhora Nair colocou que os convênios acabaram saindo somente em  
338 março e foram conveniados por doze meses que vão até fevereiro, então também há  
339 necessidade de verificar como ficará, para poder acertar o convênio desde janeiro com  
340 a Proamor e acertar esses dois meses do Fundo. Conselheiro Adrianis colocou que fez  
341 uma consulta no DECOM e disseram que precisa oficial a tempo de 45 dias como diz o  
342 documento da UGT: se oficia renunciando ao Fundo para receber esse novo do  
343 Proamor. Os representantes da Vila Vicentina/ Casa Santa Luiza de Marilac colocaram  
344 que para o serviço de contraturno que pretendem iniciar vão atender somente meninas.  
345 Conselheiro Tierri colocou que haverá uma reunião dia 17 com todas as entidades de  
346 acolhimento e contraturno com a Juíza e acha que nesse momento será possível  
347 discutir esses pontos. Conselheiro Adrianis lembrou que a Comissão trabalhou dentro  
348 de um orçamento que foi dado, o conselho é deliberativo, mas o conselho não é o  
349 gestor da política, colocou que questionou o retrocesso de 8% para 6,5%, tem  
350 municípios com 10% na assistência, 10% da arrecadação, a resposta que obtivemos foi  
351 questionada por alguns. Conselheiro Tierri colocou que a comissão, de forma diferente  
352 do ano passado, realizou uma reunião prévia com o gestor para apresentar os valores,  
353 em alguns casos as entidades até pleitearam o aumento de metas, mas ocasionaria o  
354 aumento de valores e, infelizmente, o CMAS não pode atender esse aumento, tem esse  
355 impasse financeiro, o gestor esteve presente nas discussões, questionou alguns  
356 aumentos, então o CMAS tem que trabalhar sempre em conjunto com o órgão gestor,  
357 não podemos impor, o conselheiro Tierri colocou que sua opinião particular é que  
358 acredita que esse atraso nos repasses para as entidades muito tem haver com essa  
359 conversa com o gestor que não foi feita no ano passado, o conselho simplesmente  
360 informou os valores e o município teve que se adequar para conseguir pagar, acredita  
361 que seja um dos problemas também, por isso a comissão conversou com o gestor  
362 previamente para informar esses valores, houve questionamentos e foram feitas as  
363 defesas e questionamentos, foi um trabalho árduo, difícil e “tenham dó da gente”, o  
364 gestor esteve aqui e se comprometeu a aumentos gradativos para o próximo ano, 10%,  
365 20%, então é um comprometimento que vamos trabalhar com isso. Presidente Beatriz  
366 colocou que quando estava na frente da pasta, houve uma aprovação sem consultar o  
367 gestor, a qual alcançou o aumento de quase 100% sobre a per capita, então as  
368 entidades, infelizmente, esse ano estão sentindo essas dificuldades, foi apenas  
369 informada, não houve uma previsão de orçamento, de como trabalhar isso, esse ano foi  
370 trabalhada essa ação conjunta com o gestor, será assumido este valor e será feito tudo



371 para que mantenha-se o ano de 2015 com o que foi proposto, porque o ano passado foi  
372 o que o conselho propôs e não talvez o que o gestor pudesse fazer, esse ano se  
373 trabalhou em cima do que o conselho propôs e o que gestor poderá assumir, se houver  
374 um aumento ótimo, todos serão beneficiados, mas vamos trabalhar hoje em cima  
375 daquilo que temos aqui. Conselheiro Adrianis colocou que não estão desclassificando  
376 nenhum serviço, o governo não faria metade do que as entidades fazem com esses  
377 onze milhões, tem batido nessa mesa frequentemente nesta tecla, se correr as atas vão  
378 ver que todas às vezes seus pareceres são duros, bate de frente, acha que as  
379 instituições tem que começar a pensar, de fato, uma estratégia de autossustentação,  
380 isso foi falado quinta-feira na palestra sobre o Marco Regulatório, algumas coisas quem  
381 tem que fazer é o poder público e por isso, aos poucos, algumas coisas o Estado terá  
382 que abraçar e a sociedade civil vai ter que deixar porque é função dele (Estado), porque  
383 há uma política pública instalada no Brasil, entra governo e sai governo e graças a Deus  
384 a assistência social vai continuar como política pública, de Estado, então nesse aspecto,  
385 a Comissão conseguiu elevar algumas metas, outras foram abaixadas, foi tudo feito a  
386 partir do monitoramento, de visitas, informações, a Assistente Social Márcia, da  
387 APROAUT foi chamada três vezes aqui nessa mesa para conversar, e tantos outros,  
388 não é o ideal, mas nesse momento é no que a Comissão pode chegar. Foi perguntado  
389 se é para refazer o plano de aplicação e mandar novamente para o CMAS. A senhora  
390 Marlene respondeu que se houve mudança no projeto com relação ao plano de  
391 aplicação existe a necessidade que seja feito novamente porque ao pedir autorização  
392 legislativa segue tudo separado e se tiver valor diferente vão haver problemas para a  
393 Fundação. Conselheiro Tierri colocou que essa questão de refazer é somente o plano  
394 de aplicação não é o projeto todo. Conselheira Claudia falou que não é para justificar é  
395 só para ter uma noção do que acontece, o orçamento de Ponta Grossa é um dos  
396 menores em relação ao resto do Paraná, esse ano o orçamento foi de quinhentos e  
397 alguma coisa milhões e Maringá que é uma cidade do mesmo porte foi um bilhão de  
398 reais, há um déficit de arrecadação não é que o governo que não quer dar. Conselheiro  
399 Gilberto solicitou que o conselho determine uma data para entrega dos novos planos de  
400 aplicação. Conselheiro Adrianis colocou que qualquer recurso ao parecer da comissão  
401 será até sexta-feira dia 07, para que no dia 11 (terça-feira), a Comissão possa avaliar os  
402 recursos, dia 07 sexta-feira recurso via ofício e dia 11 o plano de aplicação. Presidente  
403 Beatriz colocou em votação: **APROVADO POR UNANIMIDADE**. Finalizada a pauta e  
404 nada mais havendo a tratar, a presidente Beatriz de Souza encerrou a reunião às dez  
405 horas e cinquenta e quatro minutos. Esta ATA foi transcrita pela assistente  
406 administrativa Patrícia Mitui e redigida por mim, Carla Buhner Salles Rosa, secretária



## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

407 executiva que, após aprovada segue assinada pela Presidente e demais conselheiros  
408 presentes.